



SUMÁRIO

Prefácio	9
Nota prévia	13
Agradecimentos	15
Abreviaturas	17
Introdução	27

PARTE I

NOTAS SOBRE O MÉTODO. DOS TIPOS E USOS DOS CONCEITOS JURÍDICOS. FUNDAMENTOS DO DOLO (PRIMEIRA APROXIMAÇÃO).

CAPÍTULO I

MÉTODO E CONCEITOS MENTALÍSTICOS	47
1. Notas sobre o método e suas aplicações à presente investigação	47
2. Conexões entre a ação e o dolo.....	50
3. Da normatização conceitual e do uso dos conceitos jurídicos	51

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DOLOSA	55
1. Competências, incumbências e deveres de cooperação.....	55
2. Sobre o sujeito da imputação.....	57





3. Da delimitação entre o ilícito e a culpabilidade e da posição do dolo	61
Balanco da primeira parte	66

PARTE II

DO PSICOLOGISMO AO NORMATIVISMO

CAPÍTULO I

“A CAÇA AO DOLO NA NEGLIGÊNCIA”	71
1. Direito Romano e Germânico	72
1.1. Glosadores e Pós-glosadores: em especial, a doutrina do <i>dolus indirectus</i>	74
2. Sobre o “Direito Penal do Iluminismo” e os impactos na imputação subjetiva	78
2.1. Feuerbach: a subjetivização da imputação, o dolo como propósito e a rejeição do <i>dolus eventualis</i>	78
2.2. A teoria da imputação de Hegel e sua retomada: a objetivização da <i>Absicht</i> e o <i>dolus indirectus</i>	84
3. Balanco	87

CAPITULO II

AS TEORIAS PSICOLÓGICAS DA REPRESENTAÇÃO E DA VONTADE	91
1. O embate entre as teorias da representação e da vontade “clássicas”	91
2. As teorias volitivas estritas	92
2.1. A teoria do consentimento (<i>Einwilligungstheorie</i>): a posição predominante no <i>Reichsgericht</i>	93
2.1.2. As duas fórmulas de Frank	95
3. Teorias volitivas em sentido amplo: a “aprovação no sentido jurídico”	100
3.1. O caso da “correia de couro” e a mudança paradigmática	102
3.2. O dolo como atuação da vontade de realização (<i>Verwirklichungswille</i>)	104





SUMÁRIO	21
3.3. A teoria da realização da vontade de evitação	108
3.4. O dolo como “levar a sério” (<i>Ernstnehmen</i>)	112
3.5. O dolo como “conceito-tipo”	118
4. Teorias cognitivas: da possibilidade, probabilidade e do risco..	121
4.1. As teorias da possibilidade	126
4.1.1. Ainda sobre a teoria da possibilidade: a dolosidade (<i>Vorsätzlichkeit</i>)	130
4.2. Teoria(s) da probabilidade	137
4.3. A teoria do risco: uma reformulação das teorias da possibi- lidade, com outro objeto de referência	138
5. A teoria emocional de Engisch: o dolo como indiferença	146
6. Balanço	149

CAPÍTULO III

NORMATIVISMO VOLITIVO (“TEORIAS DO DOLO COMO DE- CISÃO”) E NORMATIVISMO COGNITIVO (NOVAS “TEORIAS DO RISCO”).....	153
1. O dolo como “decisão contra o bem jurídico”: normativismo volitivo	155
1.1. A teoria do dolo como decisão e realização do plano	156
1.2. O Dolo como decisão e a “vontade extrovertida”: entre a lógica do risco e a lógica da satisfatoriedade	162
1.3. A “falha da consciência ética”, embora corretamente di- recionada (pelo dolo-do-fato), e os fundamentos materiais da responsabilidade por dolo	168
1.4. Dolo natural e “dolo do homem médio” como unidade no ilícito pessoal	174
1.5. A teoria do dolo como apropriação	175
1.6. Teoria dos indicadores do dolo	179
1.7. Uma releitura do <i>dolus ex re</i>	185
2. As novas teorias do risco: o normativismo cognitivo.....	189





2.1. A teoria do perigo doloso (<i>Vorsatzgefahr</i>)	190
2.2. O dolo como evitabilidade facilitada e/ou como indiferença	199
2.3. O dolo como a realização (consciente) de um perigo desprotegido (<i>Unabgeschirmte Gefahr</i>): um problema do tipo objetivo	207
2.4. O dolo como critério de imputação: controle atual x controle potencial.....	218
3. Balanço.....	225

PARTE III FUNDAMENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOLOSA

CAPITULO I

TEORIAS DA PENA: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL AOS FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DOLOSA	231
---	-----

1. Teorias absolutas: <i>punitur quia peccatum est</i>	234
2. Teorias preventivas (geral e especial, negativa e positiva): <i>punitur ne peccetur</i>	239
3. A pena como resposta, exclusivamente: as teorias expressivas, de base retributiva	250
4. Balanço.....	256

CAPÍTULO II

SOBRE OS FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DOLOSA, PARTICULARMENTE.....	259
---	-----

1. O <i>topos</i> do controle final e da intenção	259
2. O desvalor moral e a maldade como características essenciais do dolo?	262
3. A decisão pela “violação do bem jurídico” como fundamento para a responsabilidade qualificada do dolo?	264
4. A responsabilidade qualificada em face do caráter simbólico da conduta dolosa (aspecto axiológico) e da evitabilidade pessoal facilitada	267





CAPÍTULO III

DAS BASES OBJETIVAS E SUBJETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CONCEPÇÃO DO DOLO A PARTIR DO FUNDAMENTO DA MAIS GRAVE NEGATIVA DE RECONHECIMENTO RECÍPROCO	271
1. Ainda uma última vez: sobre o sujeito da imputação e a evitabilidade pessoal	271
2. O <i>dolus indirectus</i> e os dois planos de normatização do elemento intelectual	279

PARTE IV

ANALÍTICA DO DOLO: ELEMENTOS E FORMAS DO DOLO

CAPÍTULO I

SOBRE OS ELEMENTOS DO DOLO	287
1. Sobre o elemento volitivo	288
1.1. A vontade de a teoria imperativa das normas: a “imputação linear”	294
1.2. A vontade e a decisão pela lesão do bem jurídico	295
1.2.1. A vontade extrovertida: o silogismo prático e a decisão pela ação	297
1.3. Balanço	300
2. Sobre o elemento intelectual: <i>nihil volitum nisi cognitum?</i>	303
2.1. Principais nódulos problemáticos do elemento intelectual .	307
2.2. Conteúdo e objeto do elemento intelectual: primeira aproximação	312
2.3. Ainda sobre o objeto de referência: circunstâncias típicas descritivas e normativas	313
2.3.1. Valoração paralela na esfera do leigo	319
2.3.2. Ainda sobre o conhecimento da ilicitude: “teorias do dolo e da culpabilidade”	320
2.4. Acerca da integração e intensidade do conhecimento: em especial, a teoria da co-consciência	324





2.4.1. Conhecimento efetivo, com distinções de níveis de intensidade	325
2.4.2. A teoria da co-consciência	328
2.4.2.1. Apreciação crítica	333
2.5. O conhecimento e o problema dos delitos passionais: a teoria da “ <i>Hemmschwelle</i> ” (BGH)	336
2.6. O erro sobre a factualidade típica: princípio epistêmico ou da responsabilidade?.....	341
2.7. Acerca do princípio da simultaneidade	344
2.8. Os desvios causais e a imputação do resultado ao dolo....	347
2.8.1. Ocorrência antecipada e tardia (<i>dolus generalis</i>) do resultado	347
2.8.2. Desvios causais essenciais e não-essenciais em um mesmo contexto temporal	356
2.8.2.1. <i>Error in persona vel objeto e aberratio ictus</i>	361
2.9. O erro sobre as circunstâncias de uma causa de justificação (erro de tipo permissivo / <i>Erlaubnistatbestandsirrtum</i>)	371
2.10. Sobre os dois planos de normatização do elemento intelectual, em geral	384
2.10.1. O primeiro plano de normatização: a avaliação do risco conhecido	384
2.10.2. O segundo plano de normatização: o problema do desconhecimento no dolo	387
2.10.2.a) A função de alerta do tipo e a evitabilidade: o princípio epistêmico	389
2.10.2.b) O princípio da responsabilidade e o desconhecimento censurável.....	392
2.11. Conhecimento abstrato x concreto: uma normatização parcial, de <i>lege lata</i>	399
3. Balanço.....	402





SUMÁRIO

25

CAPÍTULO II

SOBRE AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO DOLO	407
1. <i>Absicht / intention / dolus directus</i> de primeiro grau / propósito	409
1.1. A possibilidade concreta do resultado como requisito necessário e suficiente para o dolo na forma de intenção/propósito?	411
1.1.2. A extensão da intenção: circunstâncias típicas, resultados principais (<i>Hauptfolgen</i>) e colaterais (<i>Nebenfolgen</i>)	413
2. O dolo direto de segundo grau ou necessário (<i>Wissentlichkeit</i>).	417
3. O dolo eventual: a forma básica de dolo.....	420

PARTE V

DOS CRITÉRIOS PARA UM SISTEMA DE ATRIBUIÇÃO DO DOLO: *PLÄDOYER* POR UM “CATÁLOGO OBJETIVO” DE INDICADORES

CAPÍTULO I

SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO DOLO	429
1. O sentido social e a proibição de instrumentalização	431
2. O sentido social e as regras empíricas.....	432
2.1. Novamente sobre os conhecimentos mínimos	434

CAPÍTULO II

CATÁLOGO ABERTO OU FECHADO DE INDICADORES?	437
1. O catálogo aberto de indicadores	439
2. O catálogo fechado de indicadores	444
2.1. A intensificação do risco proibido como pressuposto objetivo da imputação ao dolo	446
2.1.2. Dos critérios fenomenológicos de classificação do risco: proposta de associação entre o “perigo desprotegido” e o “perigo doloso”	447





2.1.3. Outros fatores objetivos de relevo e critérios de correção.....	449
3. Análise de julgados recentes à luz dos catálogos de indicadores	451
3.1. O caso do golpe de caratê (<i>Karateschlag-Fall</i> , BGH NStZ 1988, 175)	451
3.2. O caso da Aids (<i>Aids-Fall</i> – BGH 36, 1)	453
3.3. O caso do PKW (BGH NStZ 1984, 19).....	457
3.4. O caso da gasolina (<i>Benzin-Fall</i> , BGH NStZ 2000, 583) .	458
3.5. O caso do <i>very-light</i> (Portugal)	460
3.6. O caso do atropelamento por autocarro (Portugal)	463
3.7. O caso do “racha” de Berlin	465
4. Balanço.....	467
Conclusões	469
Bibliografia	479

